

Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/I. Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) - semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins ¹

Susana Oliveira Jorge², Vítor Oliveira Jorge³, João Muralha Cardoso⁴,
Leonor Sousa Pereira⁵, António Sá Coixão⁶

ABSTRACT:

This paper is based in a experience of field work carried out in the prehistoric sites of Castelo Velho, Freixo de Numão (direction: SOJ, since 1989) and Castanheiro do Vento, Horta do Douro (direction: VOJ, JMC, LSP, ASC and, in the last years, also Ana Vale - since 1998). Both sites are located in the territory of the municipality of Vila Nova de Foz Côa, situated in the Portuguese High Douro). The study is focused in building techniques and the spatial organization of these huge architectural displays. A very general comparison is made with the so-called Neolithic passage graves (Middle/Late Neolithic). The authors try to underlie the main contrasts that seem to exist between these “burial” monuments and the walled “precincts” of Copper and Bronze Ages. Those conclusions are presented as very contingent and schematic, and as being mainly applied to the archaeological reality of northern Portugal.

1. INTRODUÇÃO: UM MODO DE VER

Quando se observa uma arquitectura – forma de instalar uma ordem humana, artificial, no espaço -, entendida como uma unidade indivisível de significações (realidade semiológica) e de objectivos “práticos” (realidade funcional) é essencial considerar:

- as pré-existências; razão da escolha do sítio; o que é que existia no terreno, e como, e em que é que ele foi ajustado (transformado) para se adaptar às novas estruturas; o que é local, e o que

¹ Comunicação apresentada a “Sinais de Pedra” -1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica - Évora, Fundação Eugénio de Almeida, Janeiro de 2003. Já publicada anteriormente em CD por esta Fundação. Agradecemos à Fundação e ao Doutor Manuel Calado (FLUL) a possibilidade de a publicarmos de novo aqui, em suporte de papel, bem como, na versão inglesa, na revista “Journal of Iberian Archaeology”, vol. 7, 2005.

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto - DCTP.

³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto - DCTP.

⁴ Museu da Cidade de Lisboa. Bolseiro da FCT.

⁵ IPA, Vila do Conde.

⁶ ACDR, Freixo de Numão.

- é alógeno. De notar que qualquer afloramento conservado, em todo ou em parte, no espaço “construído”, deixou por esse facto de ser um elemento natural, para ser uma componente da própria arquitectura, tão significativa e importante como outros elementos feitos “de raiz” (muros, etc.);
- as matérias-primas utilizadas na construção, em função de um “desenho” da mesma, isto é, da sua concepção geral como volume implementado num espaço;
 - esse desenho (“design”), que, no caso dos sítios arqueológicos, quase sempre corresponde a uma sobreposição de alterações (de maior ou menor monta) ocorridas ao longo do tempo;
 - na medida em que o desenho escolhido transformou o espaço pré-existente num lugar significativo (ou alterou o sentido de um lugar como ele era antes), e na medida em que a organização de um espaço é sempre uma forma de materializar, à escala humana, cosmovisões e valores, tentar compreender (elencando hipóteses explicativas) quais os padrões mentais (projectos e comportamentos) que poderão estar subjacentes a certa organização arquitectónica;
 - qual a escala da arquitectura em análise, a sua abrangência em relação ao espaço envolvente, e a sua intencionalidade topográfica (posicionamento significativo em relação a outros acidentes da paisagem), a sua visibilidade, o “território” que dela se abarcava; qual a sua monumentalidade, durabilidade, e se era feita de um só acto ou exigia manutenção constante, etc;
 - a pergunta: a resultante (realidade arqueológica estudada, entendida já como uma interpretação do que plausivelmente teria sido no passado, e tendo em conta que o sítio é o produto actual de acções conjugadas do homem e da natureza, ao longo do tempo) é consequência de adições de desenhos sucessivos, de construções relativamente independentes umas das outras, ou pelo contrário, dependeu, desde o princípio, de um projecto abrangente, embora possa ter sofrido variações? Ou seja, presidiu à arquitectura, tal como ela ocorre hoje, uma lógica “aditiva” (monumentos megalíticos com mamoa incluídos ou não em núcleos, e estes em necrópoles, por exemplo), ou uma lógica “totalizante” (abrangência, desde o começo, de um determinado espaço - colina, por exemplo – que se pretendeu “significar” como um todo)? Por outras palavras, qual a lógica do desenho em relação às pré-existências, qual a escala do projecto e qual a sua intencionalidade global, quais as suas fases de “desenvolvimento” (alteração feita, em cada momento, relativamente às arquitecturas anteriores)?
 - técnicas usadas na construção, em íntima articulação com as matérias-primas por que se optou (que se tinha mais ou menos ao dispor) e pelos volumes (curvilíneos, rectilíneos; baixos, altos; tapando a paisagem, abertos à paisagem, ou deixando “janelas” para ela, etc. – ou seja, áreas “cheias” e vãos) e trajectos (circuitos) que se pretendia criar no terreno, tanto no sítio em si, como nas suas imediações (em relação com os obstáculos maiores ou menores à progressão da marcha humana no espaço).

Há que ter presente – apesar de todas as generalizações deste género serem reducionismos - que, numa sociedade “oral”, os modos de saber e os modos de fazer se confundem; a realidade social constrói-se, negocia-se e reproduz-se na acção prática.

A acção arquitectónica, pela sua visibilidade e durabilidade, e pelo facto de fornecer um quadro à vida humana, é o modo ideal (talvez o único) de instalar uma significação, uma ordem, ou seja, de “legislar” sobre a realidade (vida da comunidade), numa sociedade onde o sentido é (apenas) memorizado, incorporado, e não escrito.

Esse conjunto de “regras”, sem os quais qualquer sociedade não funciona, materializadas (implícitas) em volumes e espaços construídos, serve não só como dispositivo fundador e estabilizador do sentido (por exemplo, dos cenários em que os vários papéis sociais se desenrolam), como também como elemento criador de coesão social e de identificação do grupo perante si e perante outros grupos.

Trata-se portanto de um dispositivo comunicacional essencial numa sociedade sem escrita (sem um “locus” especializado de fixação e descodificação de mensagens), onde todo o espaço (com os seus “lugares”) é, por assim dizer, o “texto”, ou seja, a “cartilha” onde se lê o sentido para a acção humana, a razão de ser desta, etc.

Há todas as razões para crer que em sociedades não des-sacralizadas como a nossa (isto é, em sociedades em que o espaço se não transformou - ainda? - numa realidade inerte, e em última análise num valor mercantil, numa mercadoria, divisível em unidades e com preço, tal como o tempo) o espaço “terrestre” (habitado, selvagem, ou situado entre ambos) só é compreendido por referência ao macro-cosmos, isto é, a uma lógica de correspondências entre o local e o global, entre o “céu” e a “terra”, correspondências essas que, com as suas regularidades (movimento dos astros) criam uma ordem espacial e temporal, balizando as acções humanas.

Nesse sentido, as arquitecturas seriam também dispositivos destinados a fixar “leituras”, visões, dessas correspondências, dando sentido temporal e espacial à actividade dos seres e dos grupos, que obviamente se orienta sempre por esses dois vectores conjugados: espaço e tempo.

Tal fixação instala um sentido de ordem no tempo, e portanto uma capacidade de “pre-visão”, que é reiterada, reforçada, transmitida e consolidada pela própria acção prática dos indivíduos, pautada por ritmos colectivamente aceites, sobre um cenário fixo, sobre um espaço mais ou menos transformado.

Não havendo leitura, escrita, textos, e “apenas” oralidade, memória, tradição contada (interpretada), o sentido é tanto melhor reproduzido quanto não é um simples “saber” (teoria), mas um saber fazer (“know how”) incorporado e vivenciado entre outros “corpos”, tanto humanos, como naturais (mundo material). A acção e o sentido estão colados um ao outro, e plasmam-se em volumes e trajectos instalados no terreno da vida prática.

É isto que torna a arquitectura fundamental para o arqueólogo; e, para o pré-historiador, é este aspecto que lhe dá toda uma importância decisiva. Na medida em que a ordem, o sentido (ideal) que uma sociedade quis imprimir no espaço está plasmado nas “arquitecturas”, estudá-las é (mesmo que indirectamente) estudar os quadros conceptuais plausíveis em que a vida do passado se desenrolou.

Sem modelos interpretativos desses quadros conceptuais a actividade do arqueólogo carece de qualquer sentido, ficando reduzida a mero coleccionamento de raridades ou de “antiguidades”, às quais se colam depois histórias (“interpretações”) ingénuas, que em geral são projecções espontâneas (não reflectidas, do senso-comum, e julgadas a-históricas) da nossa experiência corrente. Fazer arqueologia assim é descrever e classificar objectos, e nunca sair do mesmo, ou seja, não nos confrontarmos com a explicação do radicalmente problemático, do que resiste à compreensão, postura esta própria da ciência.

Claro que aquele “passado” é produto da nossa perspectiva, é uma interpretação presente, em cada momento. É uma interpretação negociada, passada pelo filtro da “prova”, isto é, do registo da observação comprovável por terceiros.

Nós damos o nome geral, convencional, de “passado”, a realidades presentes (sítios arqueológicos, narrativas por exemplo) cuja lógica organizativa (uma vez exumada ou contada – de certo modo construída por nós próprios) foge à nossa lógica actual (da habitar, de criar lugares públicos, em suma, de ordenar o espaço e de dar sentido à acção), mas que nós queremos a todo o custo compreender.

Numa estação arqueológica todos os elementos informativos interessam, mas, estando-se em presença de arquitecturas, é fundamental compreendê-las em primeiro lugar, pois elas é que fornecem o quadro a todas as outras observações parcelares, micro-contextuais ou artefactuais. Ou seja, é preciso perceber primeiro o “design” do sítio e das suas transformações para poder, como num molde, verter aí dentro os artefactos e outros “achados” (muitas vezes os arqueólogos usam para tal a infeliz palavra “espólio”), que só por referência ao conjunto, isto é, ao dispositivo arquitectónico (comunicacional, significativo, semiológico, como quisermos) obtêm significação possível.

Trata-se de passar de uma arqueologia pré-histórica cuja “moldura” são as estratigrafias, as camadas, as fases de ocupação, as micro-estruturas, os micro-contextos, etc., para uma outra, que,

valorizando devidamente tudo isso (não se trata de excluir, mas de incluir, superando, mudando de escala de interesse), o integra numa ordem mais geral: a compreensão geral do sítio como uma “afirmação” de ordem (um “statement”) num certo ponto do território. Ou, melhor dizendo, como um palimpsesto de “statements”, como uma sobreposição de cenários fixos ou semi-fixos, que foram sendo remodelados ao longo do tempo.

Em pré-história, e diante de uma dada “estação”, temos sempre de ter presente que estamos perante realidades arqueológicas, ou seja, perante o produto final de uma série de transformações do local, série essa que continua hoje, com a nossa intervenção, com o nosso estudo (talvez o impacte maior que o sítio alguma vez sofreu!). Só a imaginação científica apoiada em conhecimentos técnicos de construção e em dados da etnologia pode permitir conceber elevações a partir de bases de ruínas sobrepostas.

Mas essa imaginação (um dia mais tarde, segundo esperamos, apoiada pela computação gráfica, que seria vital para experimentar várias simulações possíveis) é vital para o pré-historiador. Digamos que este problema é o de todo o arqueólogo e o de todo o historiador, mas aqui assume importância crítica. Se atendermos só ao que lá está, em cada local, não vemos o mais importante, porque estamos a observar restos mínimos do que existiu – o mais importante é o que não está lá, precisamente, é o que temos de imaginar. Se nos ativermos apenas ao que é “evidente”, numa estação pré-histórica, ficamos reduzidos a minudências, a observações parcelares, a interpretações que são “con-firmações” do já esperado e a enumerações de espólios e de contextos naturais como quadros fixos. O pré-historiador tem este desafio, que é o de exercer um enorme esforço reconstrutivo mental, sem cair no delírio e na invenção, mas mantendo-se no âmbito do que é plausível, de acordo com os conhecimentos de cada momento. Para tentar “ver a vida em movimento” no que são agora os restos de um local (ou de sucessivos locais) abandonado(s).

Os estudantes, mesmo adiantados, que participam nas escavações arqueológicas apenas se entusiasma quando “encontram material” (restos de artefactos, o tal “espólio”). É uma versão conceptual da pergunta que fazem visitantes ainda sem sensibilidade à arqueologia, quando se acercam destes sítios e nos perguntam: “o que é que encontram aqui?” Ao que nos apetece responder: “não descobrimos nada, porque o mais importante já se via desde o início: indícios de muros. É só olharem à vossa volta para verem o que aqui há, o que aqui se descobre: restos de um sítio antigo, o qual, para um olhar habituado, era óbvio, desde o princípio, que estava cá. É claro que aparecem restos de cerâmica e de outras coisas por todo o lado, mas isso seria de esperar...”

Ou seja, os objectos ou pequenas estruturas, mesmo abundantes, exumados em determinados estratos, níveis de ocupação, etc., são, em si, e em geral (salvo peças de tipos muito raros) insignificantes ou puramente abstractos, enquanto não puderem ser referenciados pelas estruturas que ordenam o local como uma arquitectura específica. Só esta lhes dá sentido, os enquadra, lhes serve de moldura; ora, sem moldura, não há cartografia mental, não há referências, ficamos perdidos dentro de um espaço abstracto... que nos importa que nesse espaço abstracto apareçam “ricas peças”? Pouco, se não entendermos a sua relação com as estruturas do sítio e sua transformação ao longo do tempo.

Entregues ao concreto não referenciado, aos achados meramente localizados segundo as coordenadas cartesianas ou de acordo com micro-contextos (lareira, estrutura de combustão, fundo de cabana, etc.) ficamos na abstracção mais pura, na impossibilidade de pensar os objectos, quedamos estilhaçados num “mar de dados” impossíveis de articular entre si, de organizar numa representação de conjunto do espaço significante. Continuarmos a pensar assim, é não descolar da arqueologia de pequena escala, colecionista, obcecada pelos objectos, na pior tradição do século XIX (para não referir épocas mais antigas).

Por isso, nas nossas escavações dizemos aos estudantes que se iniciam nestes trabalhos: o nosso objectivo aqui não é encontrar objectos, nem sequer é exumar estruturas – é perceber a lógica da organização do espaço, e das técnicas utilizadas nessa tarefa estruturante do mesmo, pelo homem pré-histórico, pelos “arquitectos” de há 5.000, 4.000 anos. É isso que dá sentido, e se quisermos até alguma

dignidade, e justificação social, à nossa actividade: não somos recolectores de “cacos” ou de belas peças, não estamos à procura de pequenas estruturas como buracos de poste, ou de muros de maior porte “per se”, mas sim somos anatomistas de arquitecturas, as quais em parte desmontamos, conservamos e restauramos para perceber como eram feitas, e o que desses dados podemos inferir no respeitante aos modos como o espaço era organizado e conceptualizado.

Trata-se de um domínio de especialidade da arqueologia pré-histórica, que visaria em última análise chegar a um grau de compreensão e de “know how” teórico-prático que nos permitisse hoje, se necessário, fazer a experiência de conceber e construir um sítio destes *novo*, de raiz. Fosse ele um dólmen de corredor neolítico ou um recinto murado calcolítico.

2. NECRÓPOLES NEOLÍTICAS (“MEGALÍTICAS”) E RECINTOS CALCOLÍTICOS

Que tem tudo isto a ver com a pré-história recente portuguesa, com os “loci” de inscrição de sentido(s) – monumentos, recintos, “estelas”, “arte rupestre”, etc, etc. – e, em particular com a comparação entre as necrópoles megalíticas e os recintos murados de que trata este texto? É o que desenvolveremos a seguir de forma muito esquemática.

Se colocarmos num quadro comparativo as necrópoles megalíticas e os recintos murados (em regra posteriores às primeiras, embora - como bem sabemos - elas possam ter continuado a existir, ou a ser reutilizadas, em pleno Calcolítico e Idade do Bronze) encontraremos com facilidade um conjunto de pares de opostos (convencionalmente, aqui, enumerados de I a XII), em que o primeiro termo (identificado a seguir por A) se aplica aos dólmenes sob mamoa, e o segundo (identificado por B) aos recintos monumentais. Tomamos sobretudo por referência a experiência da Serra da Aboboreira (distrito do Porto) (desde 1978) e do planalto de Castro Laboreiro (distrito de Viana do Castelo) (de 1992 a 1994) que pelo menos alguns de nós conhecem melhor, para o primeiro termo (A); e a de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (distrito da Guarda), que nos servem de quadro deste trabalho, para o segundo termo (B) (trabalhos em curso desde 1989).

Assim:

I

A – Lógica aditiva; ou seja, design e construção de mamoa a mamoa, podendo conviver no mesmo núcleo ou necrópole;

B – Lógica de conjunto, ou seja, existência de um projecto que, pela sua localização, é envolvente de todo um espaço superior de uma colina, monumentalizando-a automaticamente como um todo (ver itens seguintes);

II

A – Respeito pelos afloramentos pré-existentes, com afastamento dos monumentos em relação aos acidentes topográficos principais, que em geral são conservados e servem de enquadramento às construções;

B – Inserção do monumento no próprio cerne de afloramentos visíveis a distância, que servem de “pedreira”, ou são conservados para serem incluídos nas próprias estruturas, como elementos destas. Ou seja, há neste segundo caso uma acção de alteração do “natural” muito mais intensa que em A;

III

A – Estruturação lassa dos núcleos, permitindo a circulação livre entre os monumentos (mamoas), sem “fronteiras”, ou seja, sem barreiras físicas lineares (curvilíneas ou rectilíneas) a separar o espaço;

B – Estruturação “compacta” do construído, com existência de recintos murados, providos de diversas estruturas internas e externas, e “entradas” ou passagens, por vezes em linhas concêntricas, mas onde as “entradas” das diversas linhas de muretes não estão alinhadas umas com as outras (as da primeira linha, mais exterior, com as de outra, mais interior - como se vê em Castelo Velho), obrigando a trajectos, ou circuitos não directos, de dentro para fora, ou de fora para dentro do recinto principal. Esta organização

compartimentada (com muros, plataformas, rampas, etc.) implica uma série de constrangimentos à circulação;

IV

A – Dispersão por todo um espaço de monumentos com mamoa, ocorrendo estes umas vezes nuclearizados (podendo até os mais recentes localizar-se perto de outros anteriores), outras vezes de forma mais “solta” (mais isolados, em grupos de dois, ou mesmo verificando-se a presença de um monumento apenas). Há necrópoles em que um só monumento (Alvão; Castro Laboreiro) “pontificava”, por assim dizer, em relação a toda a necrópole, pois se achava colocado num ponto mais elevado, bem visível de todo o lado, o que era claramente intencional;

B – Concentração das arquiteturas em sítios definidos, como por exemplo colinas ou esporões, não raro privilegiando o seu topo, bem visível, para instalar as estruturas mais significativas (o que não quer dizer que não houvesse monumentalização das encostas adjacentes, e que estas não pudessem até, pela sua exposição peculiar, criar acidentes particularmente imponentes em relação a certas áreas do território envolvente. O efeito visual “captador”, como um “íman visual”, é tão evidente que costumamos dizer que este tipo de locais seria o menos propício para uma pequena população se defender, com a tecnologia da época, exposta como estaria nesses locais elevados, dando tempo ao eventual opositor de ensaiar diferentes táticas de ataque;

V

A – Axialidade simples: o eixo organizador do monumento (tomado individualmente, e considerando o caso do dólmen de corredor) é o do átrio – corredor – câmara, e parte mais recôndita desta última, a laje de cabeceira, supostamente a zona mais interna e “sacralizada” do monumento;

B – Axialidade múltipla: o monumento organiza-se em função de uma multiplicidade possível de eixos, permitindo múltiplas combinatórias de movimentos e de significações, em relação com a deslocação de “actores” (cenário móvel) no cenário (fixo e semi-fixo). As passagens, que se abrem ou fecham com relativa facilidade, as portas monumentais que se podem espectacularmente encerrar (monumentalizando-se como tais, como “antigos” vãos oclusos), as estruturas ocas que se podem tornar maciças, os múltiplos trajectos possíveis criam uma axialidade complexa, um “plateau” de “teatro” onde inúmeras encenações são possíveis;

VI

A- A zona mais inacessível, ou “núcleo” do monumento, é escura, limitada, fechada, circunscrita – é o espaço que normalmente se designa por “câmara funerária” (embora também os corredores contenham com frequência, quando estão bem conservados, restos importantes de deposições);

B – A zona mais “recôndita”, ou inacessível – o recinto ou reduto central, principal, em posição de destaque - é aberto ao ar livre, amplo, e a ele pode-se aceder através de múltiplas “entradas” ou passagens. Este facto não obsta a que esse recinto, ou outros secundários, pudessem ter paredes (mais ou menos) elevadas, que circunscrevessem o olhar sobre a paisagem a certas passagens, ou “portas”, assim criando “pontos de mira” sobre o(s) horizonte(s), de orientação astral (como acontece em Stonhehenge, como é bem sabido) ou não;

VII

A – As matérias-primas utilizadas são grandes lajes sumariamente afeiçoadas (ortostatos, tampas), completadas com pedras lajes/pedras (couraças de revestimento, contrafortes) e terra. Há mamoas só de argila. Mas a concepção destes monumentos é essencialmente “monolítica”;

B – A pedra é utilizada, e por vezes sob a forma de grandes blocos ou afloramentos mais ou menos desbastados, mas o papel principal é tomado por elementos pétreos de tamanho pequeno, embalados em argila e com o uso de materiais perecíveis, de origem vegetal. Toda a concepção é plástica, isto é, é possível fazer modificações de detalhe e mesmo até de certa envergadura com relativa facilidade. A própria manutenção das construções de terra, muito adaptativas, implica não tanto uma ideia de perenidade, mas, bastante ao contrário, uma transformação e maleabilidade constantes. Por isso, por

exemplo, se encontram tantas “portas” ou “passagens”, muitas das quais obturadas – é que certamente nunca estiveram todas “abertas” ao mesmo tempo, antes foram alvo de remodelações;

VIII

A – Estes monumentos imitam, por fora, o natural: são colinas artificiais, com uma “cripta” aérea (embora por vezes um pouco escavada no substrato) criada pelo arquitecto. Isto é, mesmo que as couraças de revestimento fossem visíveis na altura da construção, elas seriam com toda a probabilidade mais ou menos revestidas por vegetação algum tempo depois. Criam assim uma espécie de “jogo”: imitam relevos do terreno (como se quisessem colocar relíquias ou outras “deposições” no “interior” da terra), mas distinguem-se deles, pelo seu carácter regular, pela própria dinâmica que controiem na paisagem. Estão simultaneamente em continuidade e em descontinuidade com a paisagem que os cerca;

B – Estes monumentos sobrepõem-se clara e vigorosamente ao natural: são ostentatoriamente artificiais, são autênticos artefactos de grande dimensão. Em Castelo Velho, por exemplo, as escavações revelaram verdadeiras “frentes de pedra” pré-históricas, ou seja, locais para a extracção de lajes onde o trabalho a certa altura parou, deixando uma parede semi-alterada pelo afeiçoamento humano, como poderia acontecer numa pedra ao ar livre para obtenção de rochas especiais (como acontece em Plussulien, na Bretanha, para a dolerite);

IX

A – São microcosmos fechados, simples, e em relação directa com relíquias de “antepassados”, de entes desaparecidos. Materializam pois, aparentemente, uma certa atemporalidade, até pelos materiais duráveis a que estão ligados (provável hierofania da pedra, muitas vezes considerada “sagrada” porque “indestrutível”);

B – São microcosmos abertos, complexos, e onde se podem ter encenado actividades vitais, ou seja, “imitações” de acções da vida corrente (como se fossem “povoados ideais”). Materializam uma realidade que, embora durável, parece menos ligada à ideia de atemporalidade do que em A, exigindo como já se disse manutenção e transformações constantes, quiçá em relação com processos de negociação do sentido e da ordem em sociedades que, não sendo “acéfalas”, não tinham obviamente um poder político formalizado;

X

A – A sua localização não tem em geral uma relação óbvia com territórios agrícolas muito férteis. Ao contrário, muitos “campos de mamoadas” estão instalados (e conservaram-se por isso) em terrenos pouco profundos e produtivos. Evidentemente que há excepções, mas estamos a falar menos de monumentos isolados do que de grandes conjuntos. No Norte de Portugal esses “grandes conjuntos”, hoje muito delapidados (como de resto quase todo o nosso património arqueológico), situavam-se em “plateaux” em regra “pobres” para a agricultura (de um ponto de vista actual, obviamente; mas em termos gerais esta ideia é projectável para outras épocas);

B – Estão voltados a (e na proximidade imediata de) bacias fluviais e terrenos agrícolas férteis, que deles se vêem panoramicamente. Este “panorama” permitia, como dissemos acima, a selecção de pontos críticos de observação a partir do interior dos recintos, ou seja, de locais que funcionavam como “janelas” para a paisagem. Não seriam tanto “espaços com vista sobre a planície”, mas permitiriam a multiplicação de diferentes perspectivas, sobre horizontes mais ou menos longínquos, sendo que os mais próximos eram claramente bacias fluviais férteis. Isso observa-se tanto no Castelo Velho de Freixo de Numão ou no Castanheiro do Vento de Horta do Douro (Vª Nª de Foz Côa), como em Los Millares (Almeria, SE de Espanha) ou Zambujal (Estremadura portuguesa);

XI

A – Existe todo um conjunto de marcações simbólicas do espaço interno (“arte megalítica”) que fazem unidade com a arquitectura. Isso é bem visível nos grandes monumentos irlandeses, por exemplo, como Knowth ou Newgrange. Mas também se observa na Península Ibérica. Um de nós (VOJ, 1998) mostrou como essa estruturação é, apenas da escassez dos vestígios conservados, claríssima, nunca se

podendo tratar a “arte megalítica” como um conjunto de motivos independentes uns dos outros, do suporte e da localização deste no conjunto da arquitectura, como alguns descritivistas positivistas continuam a fazer, em listagens infindas de (supostos) “dados” que nada acrescentam à problematização (ou seja, à nossa compreensão da realidade; são apenas somas, ou “mais do mesmo”, num afã que se alimenta da sua própria vacuidade). É evidente que a câmara era mais sobrecarregada de elementos pintados ou gravados do que os corredores e que a parte mais importante desse simbolismo se ligava ao seu elemento mais recôndito, a laje de cabeceira. Tudo no megalitismo aponta para uma concepção “uterina” do espaço, fechado, recôndito, escuro, abrigado do olhar, limitado à penetração de alguns elementos da comunidade, e de modo algum “público”; e a “arte” serve para acentuar isso, e os diferentes graus de sacralidade, desde o exterior até ao mais interior;

B – Estes sítios incorporam lajes com “gravuras rupestres” (cavinhas, fusiformes, etc.), que por vezes parecem mesmo retiradas de conjuntos maiores, ou então ocorrem como se fossem “miniaturas” ou referências a (“citações” de) esses conjuntos parietais. Por exemplo, em Castanheiro do Vento existe uma “passagem monumentalizada” perto do chamado “bastião D” que estava sobrecarregada de símbolos gráficos, tanto no exterior (laje com a face voltada a leste), como no interior (cavinhas, fusiformes). Se considerarmos estes locais como cenários de uma vasta gama de deposições (ou “depósitos”), poderemos ver a incorporação destes signos como uma atitude carregada de intencionalidade – não é por acaso que eles aparecem, onde aparecem. Naturalmente que quando tivermos um sítio rico destes “marcadores simbólicos” amplamente estudado poderemos começar a tentar ir um pouco mais além do que uma simples constatação geral como a que deixamos aqui formulada;

XII

A – Integram conjuntos artefactuais (no sentido estrito de objectos portáteis) escolhidos, altamente seleccionados, acentuando o carácter exotérico dos espaços internos. Também nos átrios, no exterior dos monumentos, nas mamoa e suas imediações aparecem outros depósitos, mas é preciso desenvolver um arqueologia voltada para este tipo de “complexos significativos” e não apenas para as grandes arquitecturas, por um lado, ou para os objectos que elas incluem, por outro, como se as primeiras fossem contentores dos segundos, e não, todos eles, conjuntos significativos de transformações exercidas sobre a matéria e um (micro-) espaço. Isto aliás aplica-se a qualquer domínio da arqueologia pré-histórica, que em vez de ser um processo de contextualização, de compreensão do único, é normalmente, como acentua Hodder, um trabalho de descontextualização, para facilitar a emissão de ideias gerais que normalmente primam pelo “déjà vu” interpretativo;

B – Integram conjuntos artefactuais que parece “imitarem” a vida quotidiana, e portanto serem extensos e muito variados, criando nos observadores actuais a impressão ingénuo, ou ilusão, de estarem perante “povoados”. Quando se vai ao detalhe esse síndrome, que chamaríamos um pouco caricaturalmente de “aldeia de Astérix”, cai por terra; veja-se por exemplo o grande contentor com sementes que apareceu no interior do recinto principal de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continha pedaços de vasos já ali colocados em estado fragmentado, como deposições intencionais, não resultando, como uma escavação mais descuidada teria concluído, da fracturação de grandes vasos de armazenamento no interior da estrutura. Esta não era um “celeiro” funcional, não estava em relação com uma preocupação de conservar alimentos, mas era um depósito que tinha uma função simbólica, como muitos outros elementos que juncam a estação arqueológica em causa.

Resumindo num quadro simplificado os esquemas comparativos apresentados, temos:

Necrópoles de monumentos megalíticos com mamoa	Recintos murados monumentais
Lógica aditiva (crescimento do conjunto monumento a monumento).	Lógica abrangente (desde um primeiro "projecto", ele tende a afectar todo o conjunto do espaço envolvente).
Conservação dos afloramentos (volumes pré-existentes servindo de enquadramento).	Instalação nos afloramentos e seu afeiçãoamento, como "pedreiras", e como forma de monumentalizar os sítios.
Estruturação lassa – espaço livre de circulação entre os monumentos, sem barreiras físicas lineares fixas (sem "fronteiras").	Compartimentação do espaço através de muros, plataformas, rampas, etc. estabelecendo sequências de barreiras, de limites ao movimento – estruturação compacta.
Dispersão das unidades monumentais pelo espaço, embora organizadas em núcleos, necrópoles, etc.	Concentração das arquitecturas em topos e/ou encostas de colinas, monumentalizando espaços naturais homogéneos.
Axialidade simples: o eixo organizador do monumento é o do átrio – corredor – câmara e sua laje de cabeceira como zona mais recôndita.	Axialidade múltipla: o monumento organiza-se em função de uma multiplicidade possível de eixos, permitindo múltiplas combinatórias de movimentos e de significações, em relação com a deslocação dos "actores" no cenário.
A zona mais inacessível, ou núcleo do monumento (câmara) é escura, limitada, e fechada, circunscrita.	A zona mais inacessível, ou recinto (reduto) central, é aberto, ao ar livre, amplo, e a ele pode-se aceder através de múltiplas "entradas" ou passagens.
As matérias-primas utilizadas são grandes lajes sumariamente afeiçãoadas (ortostatos, tampas), completadas com pequenas pedras/lajes (couraças de revestimento, contrafortes) e terra. Há mamoas só de argila. Mas a concepção é essencialmente "monolítica".	A pedra é utilizada, e por vezes sob a forma de grandes blocos ou afloramentos mais ou menos desbastados, mas o papel principal é tomado por elementos pétreos de tamanho pequeno, embalados em argila e com o uso de materiais perecíveis, de origem vegetal. Toda a concepção é plástica.
Estes monumentos imitam por fora o natural: são colinas artificiais, com uma "cripta" "aérea" criada pelo arquitecto.	Estes monumentos sobrepõem-se ao natural: são ostentatoriamente artificiais.
São microcosmos fechados, simples, e em relação directa com relíquias de antepassados. Materializam uma certa atemporalidade.	São microcosmos abertos, complexos, e onde se encenam actividades vitais (como se fossem "povoados ideais").

	Materializam uma realidade que exige manutenção e transformações constantes.
A sua localização não tem em geral relação óbvia com terrenos agrícolas muito férteis.	Estão voltados a bacias fluviais e terrenos agrícolas férteis, que deles se vêem panoramicamente.
Existe todo um conjunto de marcações simbólicas do espaço interno (“arte megalítica”) que fazem unidade com a arquitectura.	Incorporam lajes com gravuras rupestres (covichas, fusiformes, etc.)
Integram conjuntos artefactuais altamente escolhidos, seleccionados, acentuando o carácter exotérico dos espaços internos.	Integram conjuntos artefactuais que “imitam” a vida quotidiana, e portanto são extensos e muito variados, apesar de também “filtrados”. Criam nos observadores actuais a ilusão de estarem perante “povoados”.

3. TÉCNICAS – ALGUNS TÓPICOS

Quando nos libertamos de uma “arqueologia das evidências” e vamos podendo aceder a uma “arqueologia das problematizações” – em íntima relação com o desenvolvimento do trabalho de campo, matriz de toda a “tarefa” da arqueologia, sem o qual a nossa actividade de escrita pode cair na especulação gratuita – aparece-nos de repente toda a materialidade dos sítios, e especificidade de cada um (tanto em geral, como em cada micro-espaço em particular) como uma realidade variadíssima a explicar, a compreender. Não tanto de encontrar uma “verdade”, mas uma explicação plausível, a que nos parece mais verosímil. Deixamos de ficar obcecados pelos “achados”, pelas “ocupações”, pelas (pseudo-)estratigrafias, pelas explicações cronológicas e funcionais, em suma, pelos objectos reduzidos a pré-figurações da nossa consciência. O que nos interroga sobremaneira é o “layout” de cada sítio, o seu desenho geral, o(s) seu(s) padrão(ões) arquitectónicos. Esses padrões, relacionados com modelos cognitivos, com valores socialmente aceites, conseguiram-se na prática (construíram-se) com matérias-primas e com técnicas.

No caso de locais como o Castelo Velho ou o Castanheiro do Vento, a primeira ideia importante a reter é que “a priori” muito do que foi mais importante no passado já não está lá. Ou, por outras palavras, e porque esse “mais importante” é produto da nossa imaginação, o mais decisivo é pensar o sítio como o resultado final de um conjunto de transformações, antrópicas e naturais, evitando tudo o que nos pareçam explicações simples e óbvias, porque normalmente elas são apenas projecções inconscientes da nossa mente de homens e mulheres do séc. XXI, na sua versão mais vulgar.

Sabemos hoje que os “homens” do Calcolítico:

- tinham decerto um plano de conjunto e uma direcção de obra, qualquer que fosse a capacidade de que dispusessem os diferentes membros do grupo de partilhar essas decisões, de as fazer inflectir, numa palavra, qualquer que fosse a estrutura de poder subjacente a estas sociedades, que nem eram “acéfalas”, nem tinham provavelmente chefes hereditários;
- estava aqui implícita uma certa quantidade de efectivos, ou seja, a capacidade de mobilizar um número considerável de pessoas, pelo menos durante certos momentos do ano. Mas, à diferença dos monumentos megalíticos, estes sítios implicavam manutenção e remodelações constantes, o

que pressupunha uma interiorização muito profunda e partilhada de tarefas, técnicas, modelos de trabalho;

- as pessoas escavavam o solo até à rocha (xistosa, nos casos de referência deste texto) de base, expondo-a, retirando a argila de que necessitavam, e fracturando os afloramentos para a obtenção de grandes blocos, mas sobretudo de lajes finas, com que compunham a base dos muros, como quem desenha em escala 1/1 a planta do local no próprio local;
- inscreviam numerosas estruturas ou deposições nas anfractuosidades (naturais ou afeiçoadas) da base dos afloramentos. A grande surpresa de Castelo Velho (graças às escavações extensivas e intensivas que aí se fizeram) foi mostrar que quando o sítio já parecia estar inteiramente escavado, ao nível da rocha de base, estruturas e numerosos elementos de origem humana continuavam a aparecer, por vezes “disfarçados” por pavimentos de argila que se confundiam, para um investigador menos avisado, com um pretense “nível estéril” de base;
- traziam com certeza grandes quantidades de argila de barreiros próximos, para poder colmatar, nivelar, erguer paredes, revestir socos de pedra, enfim, moldar o local como um sítio “humanizado” – tratava-se sobretudo de uma arquitectura da terra, do barro, que a tudo deveria imprimir a sua cor e textura, a não ser que admitamos que (tal como os vasos) também essas paredes eram incisadas e/ ou preenchidas com colorantes, o que não é de excluir;
- instalavam no chão uma base pétreo, aquilo que as escavações maioritariamente revelam hoje, e que não é mais do que isso: o que restou dos pontos onde assentavam estruturas em terra e materiais perecíveis, cuja complexidade só podemos tentar imaginar. O aspecto “baixo”, pouco monumental, das “paredes” que restaram, o seu aspecto “aberto” à paisagem é enganoso – essas “paredes” são muitas vezes de facto uma espécie de “alicerces”, não são mais do que bases do que lá já não está. E porquê? Porque simplesmente não serviam para nada como são, e porque encontramos em muitos lugares mais preservados quantidades enormes de argila de revestimento, que por acaso foi cozida pelo fogo e se conservou melhor, com as suas impressões de ramos, de superfícies de pisos ou de paredes. E porque não encontramos a “montanha de escombros” que seria de esperar existir no exterior das paredes se elas fossem de pedra e tivessem desabado. O que aparece em geral no exterior dos muretes não são derrubes (nem mesmo a sua base, admitindo que os sítios estão muito destruídos), mas taludes estruturados, e esta foi outra lição fundamental que aprendemos com Castelo Velho e com Castanheiro do Vento. São contrafortes, muito mais monumentais e amplos do que os que rodeiam e sustentam as câmaras megalíticas, mas tão intencionais, bem feitos, e duráveis como aqueles, à sua escala. São estruturas como os muretes (ou “muralhas”, ou “bastiões”), e temos de as desmontar (pelo menos em certos sectores) para perceber como eram feitos. Estes contrafortes ou taludes devem existir noutros chamados “povoados fortificados” do Calcolítico e possivelmente foram mal interpretados como “derrubes”, interpretação essa que faz sentido se se pensar que havia altas muralhas de pedra, mas não tem qualquer razão de existir se se admitir que estamos perante uma arquitectura mais vernácula, espalhada, “popular” e menosprezada por não ser tão “nobre” como a da pedra (mais ou menos aparelhada), a arquitectura da argila, afinal muito mais “ecológica” e “ergonómica”, porque com argila se pode moldar formas variadíssimas que a pedra não permite;
- construíam os alicerces pétreos das estruturas com base em lajes, que moldavam as formas do que se ia erguer em altura. Esses alicerces apresentam “cunhas” a preencher ocos, ou lajes de contrafortagem perpendiculares às respectivas linhas externas (rectilíneas ou curvilíneas), lajes essas umas vezes dispostas sub-verticalmente (com um dos lados maiores encostados à parede), outras vezes colocadas em posição “deitada” (com um dos topos encostados à parede), e até por vezes em disposição radial. Lajes de contrafortagem, em taludes, podiam ainda estar dispostas com as faces maiores paralelas à parede (dando aos incautos a aparência de “derrubes”).

- usando uma imagem, redutora, mas talvez expressiva, todo o esquema que vimos explicando se fazia como um “bolo de frutos secos”, utilizando o aglutinante argila – a “massa” (certamente misturada com outros elementos mais pequenos para lhe dar mais consistência) -, e colocando as pedras – os “frutos secos”, para reutilizar a metáfora culinária - na posição que se desejava, numa imbricação mútua, em que umas dessas pedras se escoravam às outras, quando necessário. Tudo se desmoronaria rapidamente se não houvesse uma conjugação das lajes, das pequenas cunhas ou escoras, da argila, dos muros e taludes, como um sistema articulado.
- embora a predominância, nestas arquitecturas, seja a das linhas curvas (recinto central de Castelo Velho, grande parte dos chamados “bastiões”, por exemplo), a linha recta era utilizada também. E por vezes até para definir rupturas de plano muito importantes, como aconteceu no rebordo exterior da plataforma superior de Castelo Velho. Aí se exumou, em Setembro de 2002 (pela primeira vez, que sabemos, neste tipo de trabalhos) muretes rectilíneos que uniam acidentes arquitectónicos importantes (afloramentos, “bastiões”, por exemplo, situados em pontos de inflexão direcciona da construção), delimitando toda uma plataforma. Esses muretes estavam “disfarçados” sob quantidades enormes de pedra correspondentes a uma petrificação ulterior (em “rampa monumental”), que “eliminou” ou alterou o seu efeito “dramático” (topográfico e visual); mas, mesmo durante a sua feitura e utilização (antes da “petrificação” que os cobriu) eles não mostravam uma face vertical ao exterior, mas antes a eles se encostava já um talude, ou contraforte, sem o qual tais muretes só teriam subsistido por pouco tempo, tão frágeis eram. Quer dizer que a regularidade formal destes muretes correspondeu sobretudo a uma opção metódica, a uma intenção de impor linhas “racionais” a um sítio, linhas essas que nem sequer eram feitas para ser vistas, porque iam ser embutidas numa massa mais ampla de argila e pedras. Aqui tomamos consciência de algo afinal banal, que é como um “design”, uma arquitectura, nos conduz a opções de gosto e a questões mentais, dando-nos muito mais acesso ao que seria a “mente” destes indivíduos pré-históricos do que conjuntos artefactuais que constituem, hoje como no passado, elementos mínimos de acções extremamente difíceis de imaginar. Claro que quando estamos a falar do estudo estatístico de dezenas ou mesmo centenas de milhares de objectos, aí as coisas mudam, porque então já podemos captar padrões extremamente significativos de comportamento. Mas, à escala pequena a que normalmente se processam os nossos trabalhos, as arquitecturas (e suas técnicas) são a moldura conceptual, conservada no terreno, que nos permite aceder às grandes intenções dos nossos antepassados, mais do que um belo vaso decorado ou outra peça que tanto compraz o nosso fetichismo museográfico ou, tão só, a nossa fruição estética. É esta “lição” que também continuamente procuramos transmitir aos estudantes que frequentam as nossas escavações anualmente.

A forma de olhar para estes sítios como um sistema - mutável ao longo do tempo, claro - de transformações arquitectónicas, e de deposições (de diversos tipos de objectos) parece-nos, em suma, a mais fértil. Não os podemos observar como cenários de vida quotidiana, entendida nas suas actividades de pura sobrevivência – seria uma projecção no passado da nossa mentalidade funcionalista (na sua versão mais comezinha e doméstica). A “pura sobrevivência”, ao contrário do que pensam materialistas primários, nunca existiu. O que de certo modo nos distingue dos outros animais é o que tradicionalmente se designou a “cultura”, é a existência de uma espessura de significações, são complexos algoritmos de acção, porque os seres humanos são, como diria Heidegger, “seres para a morte” – são os únicos que sabem que vão morrer. Nesse sentido, todo o quadro da vida humana é pautado por sistemas de significação – em relação com modos de manipular o mundo, ou seja, com arquitecturas, com objectos, que não são reveladores de acções, mas mediadores de uma multiplicidade de sentidos, incluindo negociações de poder. O poder não é apenas o poder político das grandes decisões, como Foucault tão bem nos explicou. É o poder entendido como o fulcro da negociação diária dos seres humanos entre si, do espaço de manobra de cada um, no sentido, por exemplo, de cada qual saber que pode instalar um “objecto” com uma determinada forma e

técnica de fabrico num “espaço”, e ele permanecer aí, e não ser removido, “subvertido” por outrem. Como se “fazia” um sítio? Que hipóteses tinha alguém para implementar um “projecto” ou o alterar? Como convencia o resto do grupo a seguir a sua opção? Ao contrário da arquitectura contemporânea, não havia artistas e empreiteiros, donos de obra e executadores. Havia sim todo um “esquema de comando” que não era programado no papel, mas podia ser negociado em (longas?) discussões e concretizado em acções no terreno que seriam sempre a materialização final – e portanto o momento decisivo – de tal negociação.

Afinal, é o que acontece numa escavação arqueológica hoje, que quase repete ao contrário, mimeticamente, a “cena pré-histórica”. Não provida de poderes absolutos, mesmo a equipa dirigente tem de negociar permanentemente entre si opções a tomar, e tem de negociar com os outros executantes, que devem ser tudo menos passivos, através da explicação e da persuasão, aquilo que lhe parece melhor para o conduzir dos trabalhos. Todos sabemos quanto isso custa. Estes sítios, no passado como no presente, foram e são sítios de disputa, alteração, e acção concertada – ou seja, sítios vivos, sítios de vivência prolongada, pelo menos para aquelas pessoas para quem tais sítios não são apenas “contentores de peças” ou miradouros turísticos. Ou seja, para nós, arqueólogos, que sofremos para tentarmos dar-lhes um sentido, utilizando generosamente o melhor das nossas energias físicas e mentais. Os “burocratas” e o “público” (ou seja, os que estão respectivamente a montante e a juzante da nossa acção) compreenderão isto?... Cremos que em muitos casos sim (com insistência nossa), embora muitas vezes parecendo que não. Em toda a sociedade do espectáculo em que vivemos (e até por causa disso), o que é fidedigno, genuíno, entra pelos olhos dentro.

Até os que discordavam inicialmente de algumas das nossas teses sobre Castelo Velho ou Castanheiro do Vento, quando visitaram os locais connosco se “renderam à evidência” do que ali observámos e procurámos interpretar. Também o leitor deste texto o pode em qualquer momento fazer.

4. BIBLIOGRAFIA

BRADLEY, Richard (1998), *The Significance of Monuments*, London, Routledge.

CHAPMAN, Robert (2003), *Archaeologies of Complexity*, London, Routledge.

JORGE, Susana Oliveira (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, (Porto), IIª Série, vol. XI, pp. 447-546.

JORGE, Susana Oliveira (1998), Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, Porto, ADECAP, pp. 105-113.

JORGE, Susana Oliveira (1999) Bronze Age settlements and territories on the Iberian Peninsula: new considerations, *Gods and Heroes of the Bronze Age. Europe at the Time of Ulysses*, Londres, Thames and Hudson, pp. 60-64.

JORGE, Susana Oliveira (1999), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal). Geschichte der Interpretationsversuche, *Madriider Mitteilungen*, vol. 40, pp. 80-96.

JORGE, Susana Oliveira (2000), Domesticating the land: the first agricultural communities in Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 2, pp. 43-98.

JORGE, Susana Oliveira (2001), Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal) et la problématique des “habitats fortifiés” de la Péninsule Ibérique, *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l’Atlantique* (dir. Jean Guilaine), Paris, Éd. Errance, pp. 241-252.

JORGE, Susana Oliveira & Rubinos, Antonio (2002), Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (northern Portugal): data and problems, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105.

- JORGE, Susana Oliveira (2002), From “fortified settlement” to “monument”: accounting for Castelo Velho de Freixo de Numão (Portugal), *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 75-82.
- JORGE, Susana Oliveira (2003), Revisiting some earlier papers on the late prehistoric walled enclosures of the Iberian Peninsula, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, pp. 89-135.
- JORGE, Susana Oliveira (2005), *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, Vítor Oliveira (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras, Diss. de doutoramento policopiada, 2 vols.
- JORGE, Vítor Oliveira (1998), Interpreting the “megalithic art” of Western Iberia: some preliminary remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 69 – 83.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2002), Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro), *Côavisão*, 4, pp. 73-93.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2002), Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/Bronze age sites in northern Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (ed. Chris Scarrre), London, Routledge, pp. 36-50.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2003), Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), *Côavisão*, 5, pp. 99-131.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2003), Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002), *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, pp. 137-162.
- JORGE, Vítor Oliveira (2003), *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto.
- JORGE, Vítor Oliveira (2004), *A Irrequietude das Pedras*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, Vitor Oliveira (2005), *Vitrinas muito iluminadas. Interpelações de um arqueólogo à realidade que o rodeia*, Porto, Campo das Letras ed.
- WHITTLE, Alasdair (1996), *Europe in the Neolithic. The Creation of New Worlds*, Cambridge University Press.

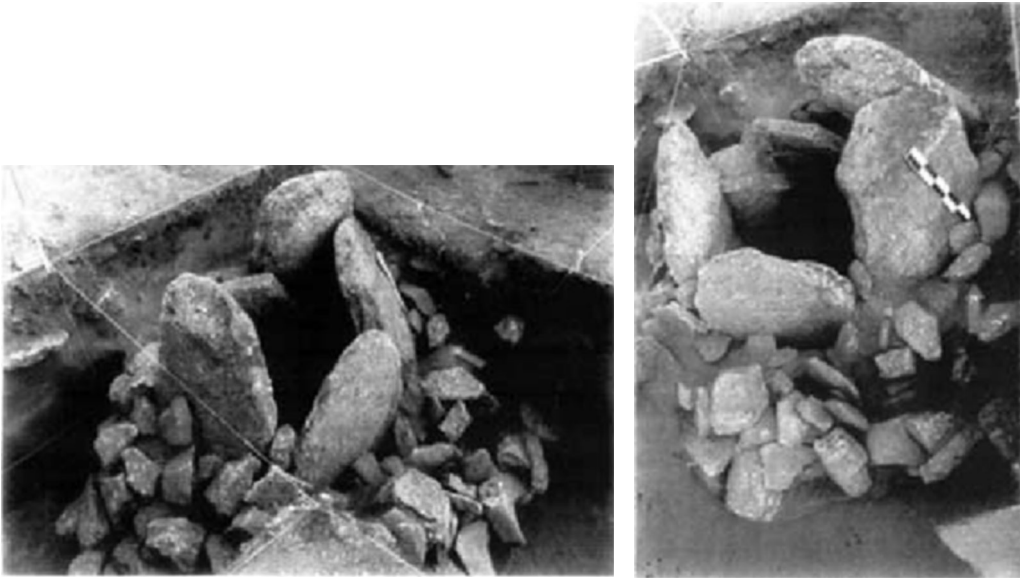


Fig. 1- Anta de Furnas 2, Serra da Aboboreira (dois aspectos). Fotos: V.O.J.

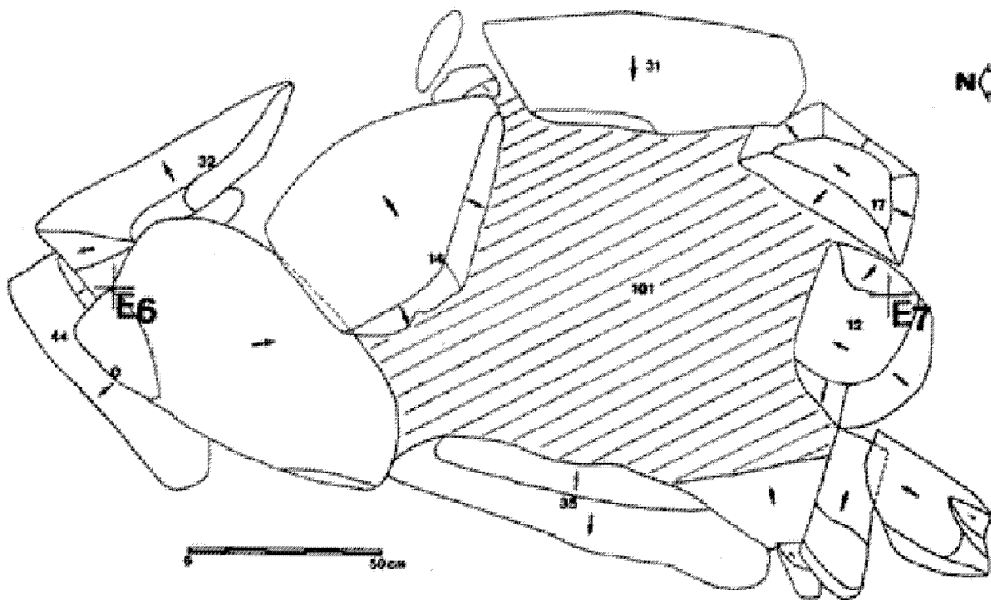


Fig. 2- Anta "barquiforme" da Mina do Simão, Serra da Aboboreira. Cotas negativas (em cm.) em função de um nível 0 local, convencional. Tracejado: interior da câmara megalítica. As setas indicam a inclinação dos esteios ou seus fragmentos. Desenho: V.O.J.



Fig.3 - Anta 1 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço): dois momentos dos trabalhos de 1992. Fotos V.O.J.

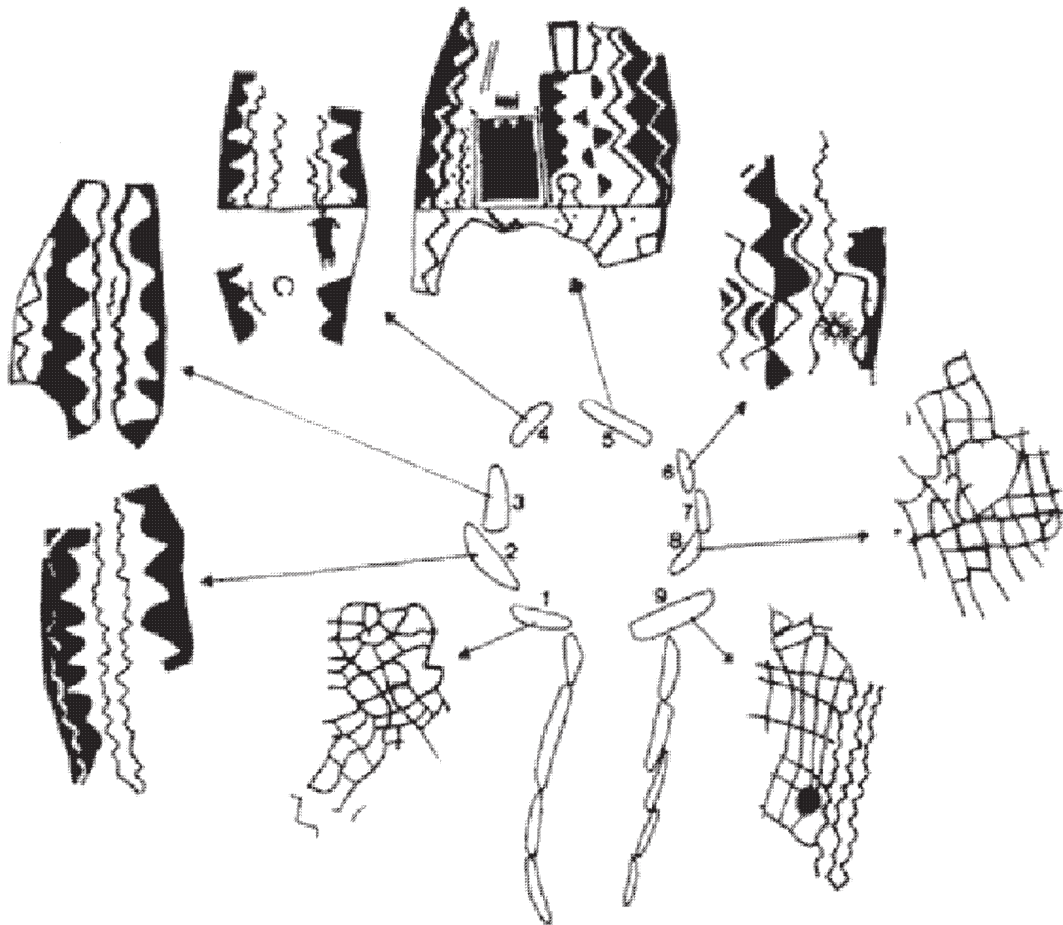


Fig.4 - Anta do corredor de Antelas, Oliveira de Frades (em planta esquemática) e suas pinturas, tornando-se clara a simbiose entre a arquitectura e figurações realizadas nos esteios, cada vez mais complexas à medida que nos aproximamos da laje de cabeceira (seg. Jorge, in *Journal of Iberian Archeology*, vol.0, 1998).

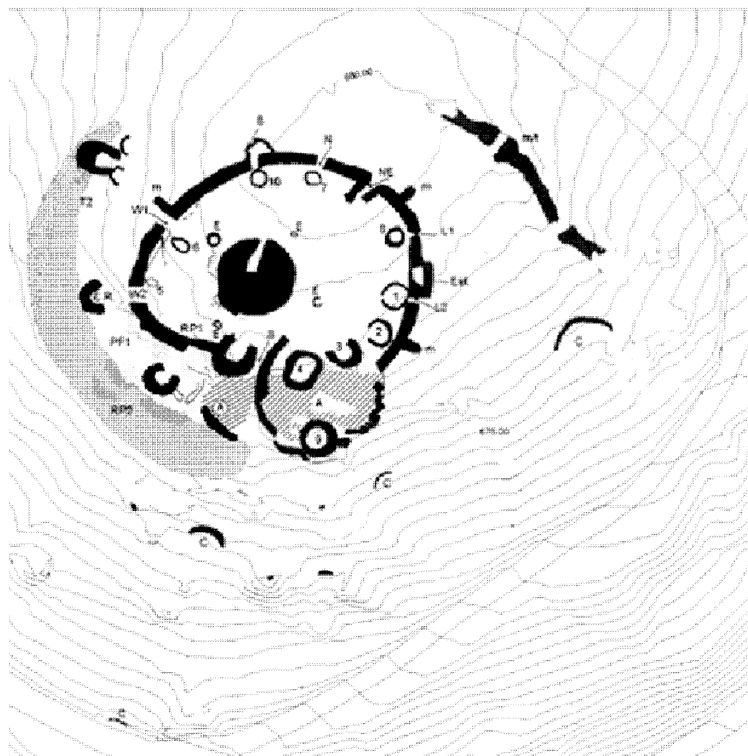


Fig.5 - Castelo Velho de Freixo de Numão - croquis geral, seg. S.O.J. - 2.º momento de ocupação (IIIº milénio a. C.)



Fig.6 - Em cima: Castelo Velho de Freixo de Numão (Julho 2003): vista aérea do recinto central (foto VOJ).
Em baixo: Castelo Velho de Freixo de Numão (Julho 2003): estrutura do interior do recinto superior, nas imediações da chamada “torre central” (foto e escavações SOJ).

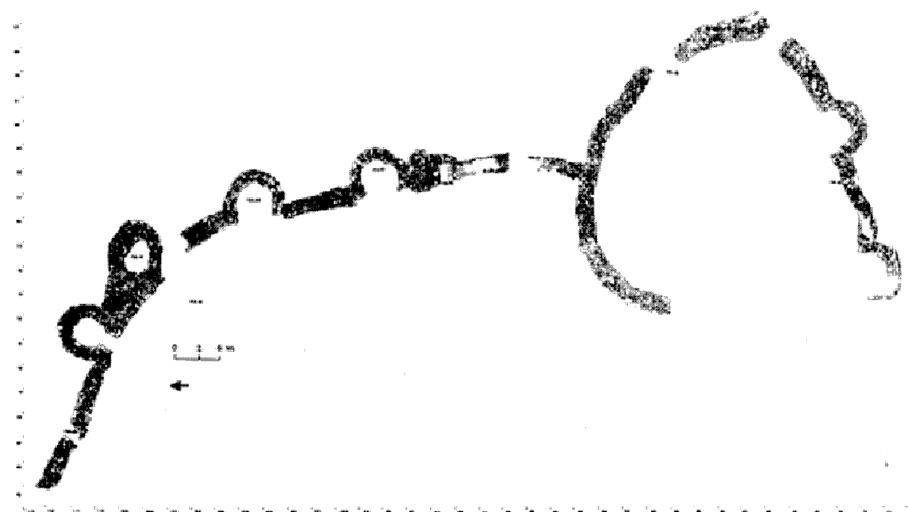


Fig.7- Croquis geral do topo intervençionado do Castanheiro do Vento, com as principais estruturas exumadas, até 2003, inclusivé.

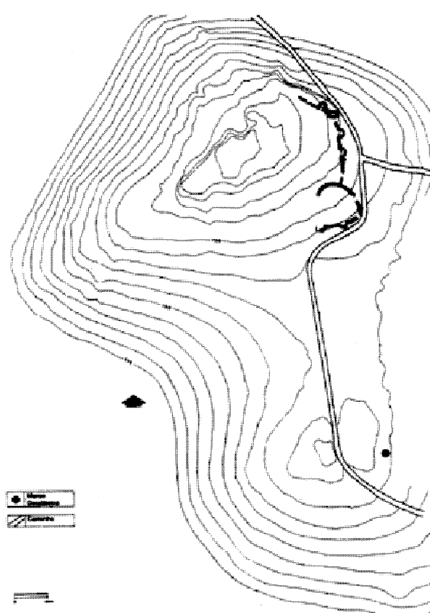


Fig.8 - Croquis geral das principais estruturas exumadas em Castanheiro do Vento, até 2003 inclusivé.



Fig.9 - Dois aspectos de Castanheiro do Vento: acima, visto da Ribeira da Teja (foto VOJ); abaixo, topo (área mais bem conservada), visto de helicóptero, em 31.7.2003 (foto D. Pavone).